

**RAFAEL, BERNARDINO. AS MARCAS DE UM CRIME QUE  
NUNCA SE APAGAM DAS MEMÓRIAS**

*José de Inocêncio Narciso Cossa (ACIPOL)*  
[josecossa81@gmail.com](mailto:josecossa81@gmail.com)



RAFAEL, Bernardino. *As marcas de um crime que nunca se apagam das memórias*. Maputo: Minerva Print, 2017.

<https://portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/O-livro-ajuda-a-compreender-situacoes-e-identificar-solucoes-PR>.

O autor da obra é Mestre em Ciências Jurídicas Público Forense e Licenciado em Ciências Jurídicas e Investigação Criminal. É Bacharel em Ciências Policiais pela Academia de Ciências Policiais. É Doutorando e Comandante Geral da Polícia em Moçambique. A obra intitulada “As marcas de um crime que nunca se apagam das memórias, da autoria de Bernardino Rafael”, descreve casos por si vivenciados e/ou testemunhados no contexto profissional, no cumprimento da sua nobre missão de servir e defender a pátria moçambicana, na qualidade de Membro das Forças de Defesa e Segurança. A obra prefaciada pelo Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, com 268 páginas, está dividida em nove (9) capítulos, cada um dos capítulos constituído por várias secções.

Os capítulos fazem uma descrição minuciosa da vida profissional nos locais de trabalho por onde passou, relatando as experiências, dificuldades e estratégias adoptadas com vista a ultrapassá-las. Nesta obra, o autor narra sensações como: mágoas, arrepios, tristezas, ódio, rancor do impacto do crime na Sociedade moçambicana. As experiências por si relatadas são válidas para a resolução dos problemas vividos na actualidade no campo de investigação criminal e segurança pública.

Nos capítulos desta obra, procura-se discutir e, de forma descontraída, desconstruir algumas percepções culturais que estão, fortemente, enraizadas e impregnadas na sociedade moçambicana; algumas delas, que concorrem para o cometimento de vários crimes, às

vezes por ignorância, e noutras, não. Parte das memórias deste livro foi vivida na província de Gaza, outras em Maputo, e outras em Guiné-Bissau, onde trabalhara numa missão de paz das Nações Unidas.

Esta obra tem um carácter *suis generis* pelo facto de não ter muita carga academicista, mas um viés didáctico-pedagógico profissional, podendo ajudar, significativamente, aos que estão em processo de formação nas Academias policiais e militares; Escolas Básicas das FDS, seja como estudantes sejam professores ou formadores. A obra é, também, útil para os que trabalham em diferentes sectores de administração de justiça, tais como: Tribunais, Esquadras, etc.

No Capítulo I, o autor fala de Crimes contra o Património, Furtos e Roubos. Reitera que não há nenhum crime hediondo, que não deixa marcas, pois as pessoas ficam magoadas e eternamente tristes, porque nunca se esquecem e/ou perdoam. Há sempre um sentimento de ódio, rancor e de vingança, ainda que não seja admitido. O autor dá exemplos de crimes que marcaram, negativamente, a Sociedade moçambicana, como são os casos da morte do Presidente Samora Machel pelo regime de *Apartheid*, o badalado e mediático acidente de Tenga, no distrito de Moamba, província de Maputo, em que morreram cerca de 200 pessoas.

Ainda neste capítulo, desconstrói o mito segundo o qual, a água que lava cadáveres tem poder de adormecer vítimas. Traz, como exemplo, o episódio criminal que ocorreu na Cidade de Xai-Xai, em que havia muitos furtos e roubos em residências, e que as comunidades acreditavam que os criminosos usavam água usada para lavar cadáveres na morgue do hospital Provincial de Xai-Xai, onde, para além de fazer adormecer profundamente as vítimas, os ladrões carregavam-nas no sono e colocavam fora de casa.

Noutra secção, do capítulo I, o autor relata episódios de sindicatos de roubo ou furto de cabeça de gado na província de Gaza. Afiança destaca que, há três (3) tipos de roubos e furtos de gado, nomeadamente: Roubo ou furto por abate, por transferência e doméstico.

Em duas secções, o autor faz relato de casos criminais protagonizados pelas empregadas domésticas, motivadas pela falta de honestidade e sensibilidade por parte dos patrões.

Mais adiante, numas das secções, o autor relata episódios criminais com os mesmos *modus operandi*, em que há envolvimento dos funcionários das instituições, vítimas de crime. Os funcionários têm

domínio de todos os procedimentos de segurança e do montante existente na instituição e partilham a informação com os criminosos.

O Segundo capítulo, intitulado “Crimes contra as pessoas, homicídios e infanticídios”, apresenta vários episódios criminais que ocorreram na cidade de Xai-Xai e arredores da província de Gaza.

Na primeira secção fala de um famoso criminoso, conhecido no mundo do crime por Niquinha, que causou terror e luto na província e cidade de Maputo e com a mesma pretensão escalou a Cidade de Xai-Xai, onde também protagonizou actos criminosos, na década de 1990. O autor do livro, na altura, afecto na 3ª Unidade da Intervenção Rápida na Cidade de Xai-Xai, conta que, numa manhã do mês do janeiro de 1997, os munícipes foram colhidos de surpresa com a informação que dava conta da presença de um perigoso cadastrado do nome Niquinha na cidade. Todos foram colhidos pelo medo e pavor quando tomaram conhecimento daquilo que o criminoso era capaz de fazer. Porém, a Polícia fez diligências em toda a extensão da cidade até se descobrir o local onde estava alojado. O criminoso, tentando ludibriar a Polícia, ocupou três (3) quartos em simultâneo.

Noutra secção do capítulo II, o autor descreve o baleamento do Faquir Bay, primeiro presidente eleito do Município de Xai-Xai, na província de Gaza. O criminoso que o baleou dedicava-se ao roubo nas bombas de combustível, e foi num dos empreendimentos comerciais onde foi morto.

O Capítulo III fala de Crimes Contra a Ordem e Tranquilidade Pública. Neste capítulo, a primeira secção fala de um jovem que injectava drogas e consumia bebidas alcoólicas para se estimular sexualmente. De acordo com o autor da obra, os pais tudo fizeram, incluindo o contacto com a associação dos médicos tradicionais (AMETRAMO) com vista a afastar o jovem das drogas, mas foi em vão, até que solicitaram a ajuda da Polícia com vista a encontrar uma solução. Entretanto, mesmo perante a Polícia, o jovem defendia as suas acções com normalidade.

No quarto capítulo do livro, o autor fala dos Crimes contra a liberdade sexual ou honra. Na 1ª secção, descreve a situação de um sogro que violou a nora, porque ela se vestia mal. A nora foi sempre chamada atenção pelos sogros e cunhados com quem vivia. Mesmo com as chamadas de atenção, ela continuava a se vestir mal. Assim, o sogro esperou por um dia em que ninguém estava em casa, se não ele e a nora.

O sogro violou-a e foi se entregar a polícia, e explicou que tinha acabado de praticar um crime.

Outro crime chocante, relatado pelo autor, é de uma senhora vendedeira que entregou a filha ao curandeiro, acreditando que se tornaria rica. A senhora vendia, inicialmente, frangos e, posteriormente, peixe. Vendo o crescimento do negócio, decidiu abrir mais uma linha do seu negócio. Mas como nem tudo vai bem na vida, o negócio começou a registar uma derrapagem.

A vendedeira inconformada com a derrapagem económica, deu início a um ciclo de procura de prováveis causas da queda do seu negócio, onde consultou médicos tradicionais (curandeiros), que lhe foi dito que deveria oferecer-lhe a sua filha menor (virgem) como forma do procedimento dar certo e o curandeiro acabou abusando sexualmente a menina.

O V Capítulo retrata 3 episódios criminais. Na 1ª secção intitulado de “Lágrimas no meu voto”, que, de acordo com o autor, é em homenagem à Judite Macão, falecida deputada do partido FRELIMO, que morreu vítima de acidente de viação, devido a irresponsabilidade do condutor.

Na segunda secção, intitulada “Sangue derramado injustamente no posto de trabalho”, também em homenagem a um membro da PT, descreve uma situação criminal provocada por um condutor que não obedeceu o mínimo das regras elementares do código de estrada e dos sinais luminosos e, em alta velocidade embateu noutras viaturas projectando-se para fora da faixa de rodagem. Na sequência, atropelou dois agentes da Polícia de Transito, sendo um deles com gravidade e que mais tarde veio a perder a vida a caminho do hospital.

No Capítulo VI, o autor do livro, Bernardino Rafael, faz o seu longo e riquíssimo Retrato Biográfico. Ele afirma que é fruto do primeiro serviço Militar Obrigatório introduzido na então República Popular de Moçambique, em 1978. Dentre várias funções desempenhadas, o autor já trabalhou como Oficial de Permanência em vários locais. Foi Comandante Distrital; Chefe de Abastecimento no Departamento de Logística de Comando Provincial da PRM de Gaza; Chefe da Ordem Interna da Força de Intervenção Rápida de Gaza; Director da Ordem e Segurança Públicas no Comando da PRM, na cidade de Maputo; Comandante da PRM da cidade de Maputo. Entre os anos 2010 e 2012, exerceu as funções de Conselheiro Policial, na missão

das Nações Unidas, em Guiné-Bissau. Foi analista político das Nações Unidas para os assuntos de grandes lagos, África Austral e Ocidental, particularmente do Mali, e para a Sri Lanka, sobre o conflito dos tuaregues do norte. Desde o ano de 2017, é Comandante Geral da Polícia, com a patente de Inspector Geral da Polícia, o mais alto grau da carreira na Polícia.

No capítulo VII, o autor narra o seu percurso profissional em Guiné--Bissau, no âmbito da missão de paz das Nações Unidas, onde trabalhou entre os anos 2010 e 2012. O autor narra as acções desenvolvidas em Guiné-Bissau e as principais causas de conflitos neste país, que entre eles, destacam-se as seguintes: pobreza, má administração da justiça, enfraquecimento do Estado e má governação, má gestão da herança da Guerra de Libertação, entre outros.

Ele esteve integrado num Comando Conjunto para evitar conflitos entre elementos das forças e segurança. Assim, participou da formação das FDS de Guiné-Bissau em matéria jurídica para o conhecimento da legislação com destaque para: Constituição da República; Código Penal; Código de Processo Penal e Código Estradal destinado aos agentes de polícia de trânsito, bem como legislação avulsa. O autor elaborou um documento denominado como “classificador dos autos”, que é utilizado em todas as unidades e subunidades policiais. O autor concebeu, igualmente, o módulo sobre as regras básicas do tratamento dos detidos nas celas policiais, instrumentos que seguem todos os padrões internacionais dos direitos humanos.

Liderou o processo de aconselhamento aos irmãos da Guiné-Bissau, nas seguintes matérias: elaboração de orçamento da polícia da Guiné--Bissau; elaboração da proposta de criação de um comando conjunto para garantir a protecção de eleições, assim com os respectivos organogramas e de directiva de funcionamento; elaboração da proposta de recenseamento de todo efectivo da polícia para permitir que houvesse um banco de dados fiável.

O autor participou, igualmente, na elaboração da proposta do plano de Protecção das eleições gerais; na construção da esquadra-modelo, no maior bairro da cidade do Bissau. Elaborou o projecto *com-location*, uma espécie de colocação dos conselheiros da Polícia da ONU nas 8 regiões da Guiné-Bissau, de modo a assistir de perto os agentes de polícia nacional.

No penúltimo capítulo, o autor, de forma metódica, didáctica e pedagógica, coloca as principais fases de um processo, explicando em que consiste cada uma das fases, no contexto do módulo, por ele elaborado sobre as fases de um processo penal concebido para a Polícia da Guiné-Bissau.

No último capítulo, o IX, o autor apresenta de forma sinóptica o seu trabalho de fim de curso, ao nível de licenciatura. Nele, discute sobre o papel do Ministério Público na busca da verdade material e na observância legal da prisão preventiva no ordenamento jurídico moçambicano. A sua inquietação é o facto de se verificar o incumprimento legal das prisões preventivas.

A partir dos resultados deste trabalho, o autor recomenda que haja maior rigor na observância dos prazos, nomeadamente os de prisão preventiva, de apresentação do detido ao juiz para o primeiro interrogatório e os prazos de instrução preparatória, a necessidade de se informar os arguidos dos seus direitos e da sua situação processual; e a necessidade de imprimir maior celeridade processual na Secção de Instrução Criminal, uma vez que se registam muitos em instrução.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

RAFAEL, Bernardino. *As Marcas de Um Crime que Nunca se Apagam das Memórias*. Maputo: Minerva Print, 2017.